

Haddad anuncia pacote fiscal com economia de R\$ 70 bi

Quem ganha até R\$ 5 mil estará isento de pagar Imposto de Renda

Por Gabriela Gallo

Após três semanas de reuniões entre a equipe econômica do governo federal, na noite desta quarta-feira (27) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou as medidas que serão adotadas pelo poder Executivo para cortar gastos. O pacote de corte de gastos foi anunciado em um pronunciamento gravado que foi divulgado em rede nacional. Dentre as medidas, ele confirmou uma taxa maior para pessoas que ganham mais de R\$ 50 mil por mês e confirmou isenção do pagamento de Imposto de Renda para quem ganha mensalmente até R\$ 5 mil.

Nesta quinta-feira (28), o ministro, acompanhado da ministra do Planejamento e Orçamento Simone Tebet e o ministro da Casa Civil Rui Costa, realizarão uma coletiva de imprensa para esclarecer dúvidas sobre as medidas. Logo após a coletiva, o ministro se encontrará às 9h45, com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O encontro acontecerá durante a reunião de líderes do Senado e será a oportunidade do ministro em apresentar aos líderes medidas econômicas discutidas pelo governo federal.

De acordo com o ministro, as medidas gerarão uma economia de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos. “Para garantir os resultados que esperamos, em caso de déficit primário, ficará proibida a criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários”, declarou.

Em seu pronunciamento, Haddad confirmou que “o salário mínimo continuará subindo acima da inflação, de forma sustentável e dentro da nova regra fiscal”.

Além disso, ele anunciou que aqueles que ganham R\$ 2.640 terão o abono salarial assegurado. “Esse valor será corrigido pela inflação nos próximos anos e se tornará permanente quando corresponder a um salário mínimo e meio”, informou.



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Haddad prestará esclarecimentos sobre medidas nesta quinta

“Fraudes e distorções atrasam o atendimento a quem mais precisa. Para as aposentadorias militares, nós vamos promover mais igualdade, com a instituição de uma idade mínima para a reserva e a limitação de transferência de pensões, além de outros ajustes. São mudanças justas e necessárias”, completou.

Imposto de Renda

Além das mudanças, como era esperado, o ministro confirmou que, a partir do próximo ano, quem ganha R\$ 5 mil por mês está isento de pagar o Imposto de Renda (IR). A medida era promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa eleitoral em 2022. Atualmente isenção de pagamento do IR vale para aqueles que ganham até dois salários mínimos (na atual conjuntura, quem ganha até R\$ 2.824).

Todavia, segundo o ministro, para não impactar os cofres públicos o carga tributária aumentará para quem ganha um salário mensal de R\$ 50 mil. “A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados. [...] Essa medida, combinada à histórica Reforma Tributária, fará com que grande parte do povo brasileiro não pague nem Imposto de Renda e nem imposto sobre produtos da cesta básica, inclusive a carne”, destacou Haddad.

A maior cobrança voltada para quem mais de R\$ 50 mil mensalmente diz respeito a um projeto do Executivo que visa taxar os chamados “super-ricos”, outra promessa do governo federal. Além disso, pessoas que ganham mais de um milhão de reais por ano, terão de para um imposto de 10%. As informações são da CNN Brasil. As medidas ainda serão discutidas no Congresso Nacional.

“O combate a privilégios e sonegação nos permitiu melhorar as contas públicas. Se no passado recente, a falta de justiça tributária manteve privilégios para os mais ricos, sem avanços na redistribuição de renda, agora arrecadamos de forma mais justa e eficiente. Cumprimos a lei e corrigimos distorções. Foi assim com a tributação de fundos em paraísos fiscais e fundos exclusivos dos super-ricos”, declarou o ministro.

Emendas

O chefe da Fazenda ainda destacou que “o montante global das emendas parlamentares crescerá abaixo do limite das regras fiscais”. A medida foi feita em parceria com os poderes Legislativo e Judiciário, após um longo embate entre os poderes depois que o STF alegou que, da forma como previa a lei, as emendas parlamentares não cumpriam requisitos de transparência e rastreabilidade.

“Além disso, 50% das emendas das comissões do Congresso passarão a ir obrigatoriamente para a saúde pública, reforçando o SUS”, destacou o ministro.

A mudança veio após o presidente Lula sancionar na terça-feira (26), sem vetos, a nova Lei Complementar 210/2024, que determina a “proposição e a execução de emendas parlamentares na Lei Orçamentária Anual” (LOA).

Orçamento 2025

Ainda nesta quarta-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional começou a discutir o relatório preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 (PLN 3/24). Por acordo de líderes, a votação foi adiada para a próxima semana. A LDO prevê meta fiscal de equilíbrio entre receitas e despesas para 2025. Os parlamentares começaram a discutir a medida após Lula sancionar a nova Lei que regulamenta a transferência de emendas.

Dentre as propostas do relator da LDO 2025, senador Confúcio Moura (MDB-RO), está colocar como prioridade as ações relacionadas à prevenção de eventos climáticos extremos. Além disso, outras propostas de emendas que terão prioridade são as que tratam de ações estabelecidas pelo Plano Plurianual 2024-2027 e as que se refiram a projetos em execução.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

CCJ aprovou admissibilidade da proposta

PEC do Aborto complica reprodução assistida

A proposta de emenda constitucional que torna ilegais até os casos de aborto permitidos por lei tem potencial de inviabilizar a fertilização in vitro no país. Isto porque esta técnica prevê a criação, por ciclo, de até oito embriões, dos quais até três são implantados no corpo da mulher. Outros são congelados ou descartados. A PEC, de autoria do

ex-deputado Eduardo Cunha, inclui na Constituição que a vida será protegida “desde a concepção”. Médica, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) diz que, caso aprovada, nada impedirá um questionamento da legalidade da fertilização artificial, já que os embriões não utilizados poderiam ser considerados como resultado de uma concepção.

Células-tronco

Dados do Sistema Nacional de Produção de Embriões (SisEmbrio) apontam que, no ano passado, foram realizados no Brasil 56.821 ciclos de fertilização. A deputada lembra que a PEC, caso seja aprovada, também inviabiliza pesquisas com células-tronco.

Ilegalidade

Jandira frisou que o mais grave é a criminalização de abortos por estupro, risco de vida para a mulher e anencefalia fetal. A admissibilidade da PEC foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Agora, deve ser criada uma comissão para analisá-la.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Haddad tenta diminuir benefícios

Fazenda quer impedir aviões com isenção fiscal para igrejas

E por falar em PEC. A que prevê o aumento da isenção fiscal para igrejas só deverá voltar a ser discutida na próxima semana no plenário da Câmara. O Ministério da Fazenda, que quer amenizar o tamanho do benefício, alegou estar até sexta-feira muito enrolado com o pacote que prevê cortes no orçamento.

Entre outros pontos, o governo quer, por exemplo, evitar que aviões possam ser comprados por igrejas sem pagamento de impostos. Exponente da bancada evangélica, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) diz que é preciso negociar já que a PEC precisa de votos governistas para conseguir ser aprovada.

Esquecida

O indiciamento de 37 pessoas acusadas de articulação de golpe de Estado fez com que fosse esquecido, pelo menos temporariamente, o projeto que prevê anistia para os que botaram pra quebrar. Praticamente, só Jair Bolsonaro e seus filhos falam no tema.

Olho vivo

Com dezembro logo ali, deputados e senadores tratam de esticar o olho na direção do Supremo Tribunal Federal. Querem saber se o ministro Flávio Dino vai liberar o pagamento de emendas parlamentares, suspenso desde agosto por falta de transparência.

Noite infeliz

O Congresso aprovou uma regulamentação das emendas, o presidente Lula transformou o projeto em lei, mas ninguém sabe se Dino vai considerar o texto razoável e, assim, liberar o pagamento da dinheirama. Muita gente teme ficar sem o mimo do Papai Noel.

Sem dados

Além da nova lei há um outro problema: Câmara e Senado ainda não cumpriram uma exigência feita pela então ministra Rosa Weber. Ela determinou o detalhamento de emendas liberadas entre 2020 e 2022. O Congresso alega dificuldades para conseguir os dados.

Marinha nega que tinha tanques prontos para golpe de Estado

Por Karoline Cavalcante

A Marinha do Brasil emitiu uma nota oficial nesta quarta-feira (27) para rebater as alegações de que teria deixado tanques militares disponíveis para um suposto golpe de Estado nas eleições de 2022, com o intuito de manter Jair Bolsonaro (PL) no poder.

No comunicado, a Marinha reafirmou que “em nenhum momento houve ordem, planejamento ou mobilização de veículos blindados para a execução de ações que tentassem abolir o Estado Democrático de Direito”. A instituição ainda acrescentou que a constante prontidão de seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais “não foi e nem será desviada para servir a iniciativas que impeçam ou restrinjam o exercício dos Poderes Constitucionais”.

A Marinha também reforçou o compromisso com a legalidade, destacando que “seus atos são pautados pela rigorosa observância da legislação, valores éticos e transparência”, e reiterou sua disposição em colaborar com os órgãos competentes para esclarecer qualquer dúvida sobre os fatos.

O recente relatório da Polícia Federal (PF), que foi tornado público na terça-feira (26) pelo



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Almir Garnier se colocou à disposição do planejamento

ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, indiciou 37 pessoas como envolvidas em uma tentativa de golpe e subversão do Estado Democrático de Direito. Além disso, também planejava o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na época.

Entre os indiciados está o almirante Almir Garnier, que, à época dos fatos investigados, era o comandante da Marinha. De acordo com as investigações, mensagens encontradas no celular do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, revelam prints recebidos de uma conversa com um contato identificado como “Riva” confirma a adesão do almirante ao planejamento. “O Alte Garnier é PATRIOTA. Tinham tanques no Arsenal prontos”, diz Riva. A conversa

foi compartilhada com Cid pelo coronel Sérgio Cavaliere.

A Polícia Federal também aponta que os comandantes do Exército e da Aeronáutica se opuseram a qualquer tentativa de bloquear a posse do governo eleito, embora os investigados tenham “tentado de todas as formas” pressionar e convencer os comandantes para a participação. No entanto, o então comandante da Marinha, “colocou-se à disposição para cumprimento das ordens”.

“Os elementos de prova obtidos, tais como mensagens de texto e depoimentos dos então Comandantes da Aeronáutica e do Exército prestados à Polícia Federal, evidenciam que o então Comandante da Marinha do Brasil, Almirante Almir Garnier, foi o único dentre os três a aderir ao plano que objetivava a abolição do Estado Democrático de Direito”, diz o trecho do inquérito.

Além de Garnier, a lista de indiciados inclui nomes como o de Bolsonaro; Mauro Cid; o ex-ministro da Defesa Walter Souza Braga Netto; o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno; o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), entre outros.